

Rubin quer ajuda da Europa e do Japão para crise brasileira

Segunda fase da reforma da Previdência também será discutida

José Meirelles Passos

Correspondente

• WASHINGTON e BRASÍLIA. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, disse ontem que a Europa e o Japão poderiam ajudar na recuperação brasileira estimulando seu consumo interno e, em consequência, abrindo seus mercados a produtos *made in Brazil*:

— Acho que nós (americanos) já fizemos nossa parte, em termos de absorção de exportações do Brasil e países asiáticos, que trabalham para voltar à normalidade. Mas não podemos ser os consumidores de último recurso. É muito importante que a Europa e o Japão façam a sua parte agora — disse Rubin, em entrevista na Casa Branca, sobre o novo orçamento dos Estados Unidos.

Além disso, Rubin disse que a crise brasileira poderá ser solucionada por meio de alterações no programa econômico do país e com os recursos já prometidos ao país pelo Fundo Monetário Internacional — sem necessidade de o Governo americano emprestar mais dinheiro ao Brasil.

Um dos repórteres perguntou a Rubin quanto o Governo americano pensava em destinar ao Brasil dos US\$ 21,3 bilhões que foram reservados para auxílio externo. Ele respondeu que a recuperação brasileira não envolveria recursos do orçamento dos EUA:

— O Brasil é obviamente muito importante. As atividades no Brasil estão sendo centradas no FMI.

E o FMI, como vocês sabem, recebeu novos recursos no ano passado. Aconteça o que acontecer no Brasil, obviamente, o mais importante (para a sua recuperação) será a política econômica a ser adotada. E isso não envolverá o nosso orçamento federal.

Discussão inclui nova fase da reforma da Previdência

O Governo brasileiro estuda alternativas para novas medidas de ajuste fiscal, entre elas um decreto de programação financeira, limitando os gastos no Orçamento aprovado na semana passada, e a possibilidade de incluir outras empresas no programa de privatização. Deve ser encaminhada ao Congresso a segunda etapa da reforma da Previdência, preparada pelo ex-presidente do BNDES André Lara Resende, que só depende de lei ordinária. Ontem, a equipe econômica e a missão do FMI, chefiada pela economista Teresa Ter-Minassian, analisaram as contas públicas e a necessidade de elevar o superávit primário (que exclui gastos com juros).

O Congresso também já se prepara para examinar as propostas para ampliar o ajuste fiscal. O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga (PSDB), informou que, logo depois de concluída a votação da emenda que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na Câmara, o Governo começará a trabalhar



Gustavo Miranda

TERESA TER-MINASSIAN, do Fundo Monetário, deixa o prédio da Fazenda

para aprovar a segunda etapa da reforma da Previdência. Ele defendeu o contingenciamento de verbas do Orçamento, sugerindo que o ajuste comece pelos gastos vinculados ao Imposto Verde.

O imposto que incidiria sobre a venda de combustíveis é defendido pelo PMDB e, embora não tenha sido criado, sua arrecadação estimada em R\$ 2,5 bilhões foi prevista no Orçamento para custear despesas do Ministério dos Transportes, principalmente na conservação de rodovias. Uma das conclusões da equipe econômica é de que o desempenho dos estados é fundamental. Por isso, técnicos do Governo estadual querem saídas para melhorar suas contas, como usar recursos da privatização de empresas estaduais na criação de fundos de previdência para os servidores.

Outra proposta em estudo é a demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis. Essa alternativa vem constando de todos os pacotes de ajuste fiscal nos últimos anos, mas desta vez poderia ser para valer. É que a reforma administrativa abriu o caminho para que as demissões sejam feitas por medida provisória.

A missão do FMI e a equipe econômica elaboraram diferentes cenários para a economia este ano, a partir dos quais serão fixadas as novas metas do programa econômico. O Governo prevê que o PIB pode ter uma queda entre 2% e 3% em 1999 em relação ao ano passado, por causa da desvalorização cambial. O número ain-

da não está fechado, mas ficará dentro desse intervalo, segundo uma fonte do Governo. No acordo assinado com o FMI em novembro, previa-se que a economia teria uma retração de 1% este ano.

Novo programa precisa ser aprovado pelo FMI

A previsão do PIB é uma das variáveis-chave, ao lado da inflação, das taxas de juros e da desvalorização do real, que os técnicos levarão em conta para definir as metas do novo programa econômico, que precisa ser aprovado pela diretoria do Fundo. Ela é essencial para que o Governo e o FMI possam estimar a arrecadação deste ano e, desse modo, calcular novas metas para o déficit público. Segundo a fonte, o novo programa deve estabelecer que o Governo precisará um superávit primário maior do que os 2,6% do PIB do acordo anterior, para cobrir gastos com juros.

Nas discussões com o FMI, a equipe econômica tem dito que as cotações do dólar devem cair nos próximos meses, chegando ao fim do ano com alta de 30%. Ontem à noite, o vice-diretor gerente do FMI, Stanley Fisher, desembarcou no Brasil para uma roda de negociações com representantes do Governo. Hoje, o foco das conversas será a forma de intervenção no câmbio para reduzir a oscilação das taxas. ■